



CARTA COMpromisso

*com o Plano Municipal das Juventudes de Campinas
às candidatas e aos candidatos às eleições de 2024*



Agosto de 2024

A P R E S E N T A Ç Ã O

Esta carta é dirigida às candidatas e aos candidatos às eleições municipais de 2024 em Campinas. Ela foi elaborada por meio da articulação de diversas organizações da cidade e apresenta demandas e recomendações referentes à necessidade premente de um PLANO MUNICIPAL DAS JUVENTUDES DE CAMPINAS.

Um Plano Municipal das Juventudes de Campinas tem por objetivo fundamentar, regulamentar e orientar a proposição e execução de políticas públicas para jovens no município pelo período de 10 anos, garantindo sua institucionalização através da inclusão da política de juventudes na lei orgânica municipal e de legislação própria referente ao Plano.

Surge da urgência de políticas públicas estruturadas para garantir os direitos de mais de 200 mil jovens que vivem em Campinas. Hoje, o cenário é de falta de investimentos, falta de políticas integradas e ausência de uma política de Estado, o que fragiliza a continuidade dos poucos projetos e programas existentes no município que atendem o público jovem.

A existência de um Plano Municipal das Juventudes passa fundamentalmente pela criação de um Fundo Municipal das Juventudes, fundo específico sob fiscalização do Conselho da Juventude, com dotação orçamentária própria. Esta medida é estratégica para garantir a sustentabilidade das políticas públicas voltadas para jovens e o fortalecimento das já existentes. Esse fundo deve ser gerido de maneira transparente e participativa, envolvendo representantes efetivos da juventude na tomada de decisões sobre a alocação dos recursos.

Nas conferências das juventudes são diversas as sugestões para composição desse fundo, como destinação de tributações específicas e legislação que destine porcentagem determinada do orçamento municipal para o Fundo. Apresentamos, também, como proposta de contenção até a criação do Fundo, a possibilidade de implementação de uma cota das emendas impositivas a serem destinadas para projetos e programas para jovens.

Consolidar as políticas para jovens em Campinas passa por fortalecer o órgão gestor da política de juventudes, hoje uma Coordenadoria, e também por garantir uma gestão dessas políticas intersetorialmente e transversalmente.

Ainda, é imprescindível prever uma forte participação popular em sua construção através de audiências e consultas públicas, assumindo o compromisso essencial com a participação das juventudes nessas iniciativas. Esta Carta Compromisso traduz o debate promovido coletivamente acerca das políticas para juventudes no município e se coloca como um dos documentos necessários para compreensão das demandas por políticas juvenis, sendo um ponto de apoio para o debate, indicando a urgência de ações mais robustas promovidas pelo poder público que garantam uma ampla participação para definição do Plano Municipal.



Apontamos também para a necessidade de que os documentos produzidos pelas Conferências das Juventudes sejam considerados na elaboração do Plano.

Para a construção de um Plano Municipal eficaz é crucial ademais realizar um mapeamento detalhado e uma análise aprofundada dos dados disponíveis. Isso permite identificar as necessidades específicas e as áreas prioritárias de intervenção, garantindo que as políticas públicas sejam direcionadas de forma precisa. Além disso, a inclusão de instrumentos de monitoramento e avaliação contínuos é fundamental para acompanhar a implementação das ações, medir seus impactos e realizar ajustes necessários. Dessa forma, asseguramos que os objetivos do Plano sejam alcançados de maneira transparente e eficiente, promovendo impacto de fato.

O Conselho Municipal da Juventude, por seu caráter de controle social, precisa desempenhar um papel fundamental na elaboração do Plano, atuando como um ator-chave essencial para sua validação e disseminação. Através do fortalecimento de sua representatividade e proximidade com as demandas juvenis, o Conselho precisa assegurar que as políticas propostas estejam alinhadas com as reais necessidades dos jovens. O Conselho também é vital na disseminação do Plano entre os diversos atores-chave, promovendo um entendimento abrangente e a cooperação necessária para a implementação eficaz das políticas públicas voltadas para as juventudes.

Importante ressaltar que a necessidade de implementação de um Plano Municipal das Juventudes vêm há muitos anos sendo reivindicada pelos movimentos que lutam pelos direitos das juventudes e constou dentre as propostas aprovadas na Conferência Regional de Juventude de 2023.¹

¹ Compreender a elaboração e execução da política pública de juventude no âmbito estratégico da gestão pública de forma ampla, efetiva, permanente e intersetorial. Estabelecer de forma conectada a criação de Fundo Público de Juventude, a criação de Plano de Juventude (municipal, estadual e demais âmbitos federativos) com garantia à participação social através dos territórios, comunidades e periferias. Considerando a participação social como fator principal na execução e no financiamento de ações, programas e projetos sociais de referência às juventudes, através de editais específicos. Garantir orçamento próprio para política de juventude (municipal, estadual e demais âmbitos federativos). Constar na criação do plano de juventude avaliação, fortalecimento e ampliação da participação popular no(s) conselho(s) de juventude. Promover obrigatoriamente realização bianual de conferência de juventude (municipal, estadual e demais âmbitos federativos). Garantir que iniciativas de censo de juventude, fóruns de juventude e observatórios de políticas públicas de juventude sejam financiados com recurso público e efetivados como política de atendimento aos direitos da juventude. ([Proposta 3, do Eixo 11 - Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil; XII - Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE, aprovada por consenso na IV Conferência Regional de Juventude em Campinas](#))

Esta Carta está estruturada de maneira a trazer as demandas e recomendações para o PLANO organizadas em doze eixos estruturantes a partir do previsto no Estatuto da Juventude ([LEI Nº 12.852, DE 5 DE AGOSTO DE 2013](#)):

- Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil;
- Direito à Educação
- Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda
- Direito à Diversidade e à Igualdade
- Direito à Saúde
- Direito à Cultura
- Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão
- Direito ao Desporto e ao Lazer
- Direito ao Território e à Mobilidade
- Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente
- Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça

As demandas e recomendações pautadas aqui refletem o decidido na [IV Conferência Nacional de Juventude](#) e na [IV Conferência Regional de Juventude](#), as contribuições de organizações do município de Campinas e de pesquisa quanti-qualitativa realizada com 469 jovens na cidade no período de 20/06/2024 a 18/07/2024 na cidade, através de formulário online.

Entendemos que o apoio público, irrestrito e integral a essas propostas é condição inseparável do compromisso das candidaturas com o pleno atendimento dos direitos das juventudes e com o desenvolvimento da cidade de Campinas.

O referido compromisso implica também o reconhecimento da função do Estado no fortalecimento das representações e da expressão pública das organizações e movimentos da sociedade civil na construção de um PLANO MUNICIPAL DAS JUVENTUDES DE CAMPINAS.

ORGANIZAÇÕES SIGNATÁRIAS



Associação de Educação do Homem de Amanhã - Guardinha



Casa Hacker



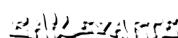
Casa Maria de Nazaré



Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas - COMEC



Centro Promocional Tia Ileide - CPTI



Baileyarte



Coletivo Metamorfose



Coletivo Mobiliza Satélite



Conselho Municipal da Juventude de Campinas



Ensino Social Profissionalizante - ESPRO



Fluxo Cultural



Fundação FEAC



Global Shapers - Hub Campinas



Grupo Primavera



Juventude Manifesta



Juventudes e Diversidades



Minha Campinas



OMG Cultural



Ozipa Criativa



Projeto Gente Nova - PROGEN



Projeto Sintonizando na Transformação



Quebrada em Movimento



Voz da Juventude

Associação de Promotoras Legais Populares "Cida da Terra" de Campinas e Região

Associação Nazarena Assistencial Beneficente - ANA

Centro Comunitário do Jardim Santa Lúcia

Centro de Apoio e Integração do Surdocego e Múltiplo Deficiente - CAIS

Centro de Promoção para um Mundo Melhor - CEPROMM

Centro de Referência da Assistência Social - CRAS Satélite Íris

Centro Social Presidente Kennedy

Movimento Vida Melhor - MVM

Projeto Pega a Visão

Segundo o Estatuto da Juventude, pessoas jovens têm o direito de participar ativamente na sociedade e na política, ajudando a criar e avaliar políticas públicas voltadas para as juventudes. Isso significa que jovens devem ser vistos como pessoas aptas e responsáveis, que podem influenciar decisões políticas e sociais, se envolver em ações que beneficiem suas comunidades e o país, e defender os direitos das juventudes.

Além disso, jovens podem se comunicar com o governo por meio de associações, redes e movimentos juvenis, e o governo deve apoiar essa organização livre de movimentos de jovens. Há diretrizes específicas para essa comunicação, como a criação de órgãos governamentais e conselhos de juventudes em todos os níveis de governo.

1. Centros de Referências das Juventudes: Propõe-se a criação de Centros ou Casas das Juventudes como espaços descentralizados que promovam o acesso ao esporte, lazer e cultura, além de fomentar a participação política e a formação das juventudes. Esses espaços também devem ser utilizados para a divulgação e implementação de outras políticas públicas, incluindo ações de

prevenção ao uso de drogas e a oferta de cursos profissionalizantes. Sugere-se a abertura de editais que normatizam e permitem que organizações, entidades, coletivos e grupos de jovens possam utilizar e gerir esses espaços.

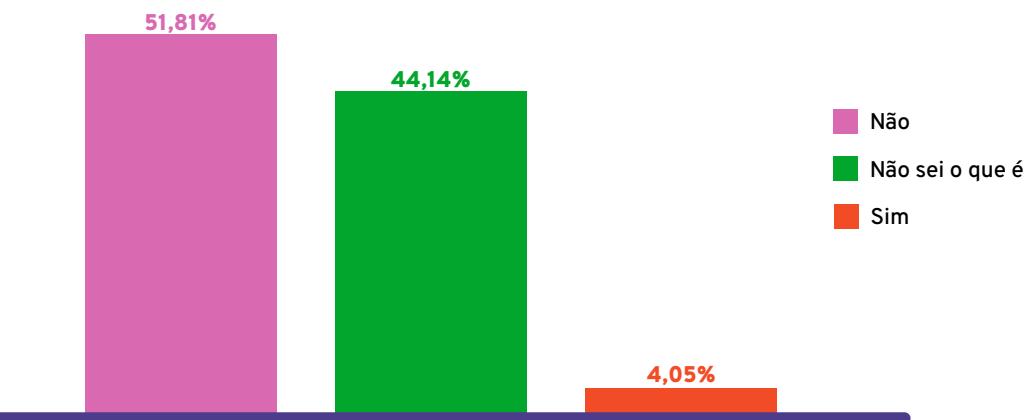
2. Ampliação de ações que fortalecem a cidadania juvenil: As OSCs promovem um forte trabalho de incentivo à cidadania, participação social, política e representação juvenil, mas diante da quantidade de jovens e do problema estrutural que promove a não participação, são necessários recursos e políticas públicas para ampliar o alcance dessas ações. A ampliação das ações de fortalecimento da participação política de jovens deve considerar a adesão de metodologia e linguagem adequada às juventudes, incorporando elementos lúdicos e atrativos para esse público, recomenda-se a criação de uma rede ou laboratório de criação destas metodologias. Recomenda-se a criação de um programa/ rede para educação política-cidadã de jovens com objetivo de incidir politicamente, com bolsas de incentivo, financiado com recursos públicos como o Programa Juventude Conectada.



3. Divulgação adequada e permanente sobre espaços de participação juvenil:

Muitos jovens desconhecem as oportunidades disponíveis para se envolverem em atividades comunitárias, conselhos, fóruns e outros espaços de expressão e engajamento. Consideramos que o Plano Municipal das Juventudes deve apresentar estratégias eficazes de comunicação, utilizando diversas plataformas e linguagens, para garantir que todos os jovens tenham conhecimento e acesso às oportunidades de participação política, social e de protagonismo juvenil existentes no município. É necessária também a divulgação de dados sistematizados sobre a realidade de Campinas como número de jovens em situação de desemprego, jovens beneficiários de programas de transferência de renda, etc, para que seja possível a mensuração de indicadores e o controle social.

Você já participou de uma Conferência da Juventude em Campinas?



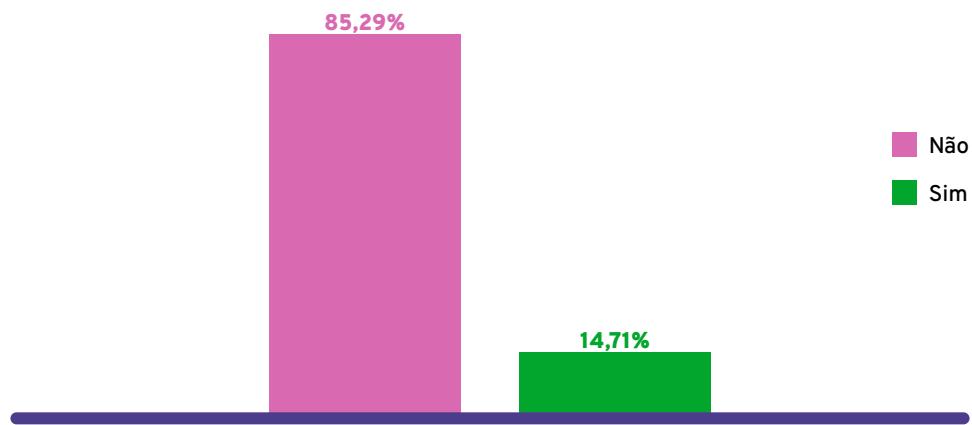
Fonte: Pesquisa quanti-qualitativa realizada pela Minha Campinas em 2024.

4. Participação de jovens em conselhos: Há uma baixa participação de jovens em processos de decisão política e uma falta de representatividade jovem nos conselhos. É necessário maior divulgação do que são os conselhos municipais de controle social, fomentando a participação de jovens nesses espaços, especialmente, no Conselho de Juventude.



5. Participação de jovens nos espaços de poder político: Deve constar no Plano o estímulo à participação ativa de jovens nas decisões políticas da cidade com a criação de fóruns de juventudes, canais de diálogo de jovens com autoridades e a promoção pela Coordenadoria da Juventude de debates frequentes com representações juvenis e coletivos jovens organizados. Também o incentivo à inserção de jovens em espaços de poder do executivo e legislativo municipal e campanhas de incentivo ao voto jovem. Recomenda-se também destinação orçamentária adequada para garantir a execução da Conferência das Juventudes a cada dois anos.

Você acha que prefeito e vereadores/as promovem ações para ouvir o que as juventudes tem a dizer sobre os problemas da cidade?



Fonte: Pesquisa quanti-qualitativa realizada pela Minha Campinas em 2024.

6. Atenção à participação de jovens marginalizados: As ações de participação política precisam compreender o preconceito e a invisibilização histórica das demandas de jovens de grupos que vivenciam opressões como jovens periféricos, pessoas negras, LGBTQIAPN+, PCD e neurodivergentes e dedicar atenção especial para promoção dessa participação, garantindo políticas afirmativas, recursos de acessibilidade e demais condições para garantir a participação desses grupos e de lideranças comunitárias, lideranças de iniciativas autônomas e de movimentos sociais.

7. Promoção da participação juvenil e debate de juventudes no legislativo:¹

O Legislativo campineiro precisa ativamente criar espaços para ouvir as necessidades e aspirações dos jovens nas sessões por meio da promoção de debates, também criando uma Comissão que exclusivamente debata as políticas para as juventudes. Essa Comissão precisa promover a busca ativa de coletivos organizados de jovens para escuta dessa população.

8. Fortalecimento do Conselho da Juventude:

É importante garantir que o Conselho seja espaço autônomo, deliberativo e fiscalizador da política de juventude e do Fundo Municipal da Juventude a ser instituído. Viabilizar funcionário público para atender demandas administrativas do Conselho. Viabilizar reuniões públicas do Conselho com o governo para fomentar a sensibilização em relação às demandas juvenis sobre a formulação de políticas públicas de juventudes e à prestação de contas anuais das ações desenvolvidas, deverão ser produzidos relatórios dessas reuniões a serem divulgados nos meios oficiais.

¹ Importante ressaltar que a iniciativa Parlamento Jovem é voltada principalmente para adolescentes e não para o público jovem (15 a 29 anos).



Os jovens têm o direito a uma educação de qualidade, desde a educação básica gratuita até a superior, com garantia de inclusão e respeito às especificidades de cada grupo, como indígenas, jovens com deficiência, e alunos da educação de jovens e adultos. É obrigação do Estado oferecer programas adaptados e assegurar o uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para surdos e a inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular com as devidas adaptações necessárias.

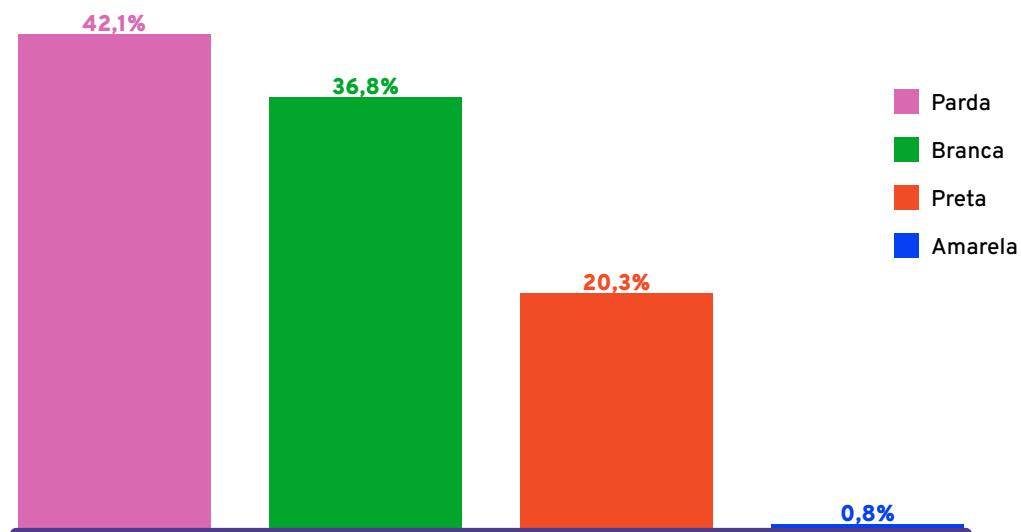
Além disso, é garantido o acesso ao ensino superior com políticas afirmativas para jovens negros, indígenas e oriundos de escolas públicas, e programas de financiamento e bolsas de estudo. O direito à educação profissional e tecnológica também é assegurado, bem como o transporte escolar e a participação efetiva dos jovens na gestão democrática das escolas e universidades. As instituições devem criar medidas para democratizar o acesso e garantir a permanência dos estudantes, incluindo programas de assistência estudantil e inclusão social.

1. Iniciativas municipais de incentivo ao ingresso e a permanência nas universidades:

Em nossa pesquisa com 469 jovens, 133 disseram não ser fácil pensar em cursar uma faculdade, 108 apontaram como motivo a falta de recurso financeiro, seja para pagar uma faculdade ou um cursinho pré-vestibular para se preparar para uma universidade pública. 40 jovens disseram não ter conhecimento suficiente ou não saber quais os caminhos para cursar uma faculdade.

E verificamos no gráfico, um predomínio de pessoas negras, ou seja, pardas e pretas, com a dificuldade de acessar o ensino superior. Apresenta-se, assim, importante que Campinas, como singular expoente e polo universitário da região, desenvolva políticas públicas próprias de incentivo ao ingresso universitário que podem ir além dos programas federais já estabelecidos como FIES e PROUNI. Tais incentivos podem incluir bolsas de estudo municipais, programas de preparação para vestibulares e ENEM junto a Cursinhos Populares, além de parcerias com universidades para facilitar o acesso de jovens de baixa renda e com outros marcadores sociais ao ensino superior. Essas medidas são fundamentais para aumentar as chances de inclusão acadêmica e promover a ascensão social dos jovens. É necessário também que o município ofereça políticas de permanência como bolsas, acesso facilitado ao transporte e apoio a jovens com filhos. Reforçamos que essas políticas precisam garantir o acesso de grupos historicamente marginalizados como jovens negros e negras, LGBTQIAPN+, PCD e neurodivergentes.

Dos que concordam com “Não é fácil pensar em cursar faculdade”



Fonte: Pesquisa quanti-qualitativa realizada pela Minha Campinas em 2024.

2. Ampliação do acesso a colégios técnicos no município: Muitas organizações, especialmente da região Norte, apontaram que nas comunidades periféricas de Campinas, jovens têm dificuldade em acessar cursos técnicos e profissionalizantes, cabe ao município verificar quais esforços podem ser empenhados para ampliação territorializada desses cursos. Importa reforçar a necessidade de pesquisa e mapeamento de dados para além dessa Carta para verificação de demandas nos territórios.

3. Atuação municipal para fiscalização da Lei 10.639/03: Necessidade de garantir a implementação de fato da Lei 10.639/03 que obriga o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas, promovendo a valorização da diversidade e o combate ao racismo. Promoção de articulações possíveis com a Coordenadoria Setorial de Promoção da Igualdade Racial – CEPIR.

4. Garantia de liberdade de cátedra aos professores: Diante de práticas de controle, é necessário garantir a liberdade de cátedra como essencial para que professores promovam o pensamento crítico, inovação pedagógica e diversidades nas escolas. Para garantir essa liberdade, é necessário fortalecer legislações, oferecer apoio institucional e realizar campanhas de conscientização. Assim, asseguramos uma educação de qualidade que forma cidadãos críticos e engajados.

5. Ampliação de vagas e período de atendimento das creches para possibilitar o trabalho de jovens mães e pais: É necessário ampliar o horário e o número de vagas nas creches para permitir que jovens mães e pais possam trabalhar e estudar, assegurando seu desenvolvimento profissional e econômico. Essa medida contribui para a inclusão social e a redução das desigualdades.

6. Políticas de prevenção e acolhimento de jovens vítimas de abuso e assédio nas escolas: O assédio e abuso, seja ele sexual, moral ou psicológico, nas escolas, exigem políticas públicas municipais urgentes para prevenção, acolhimento e atendimento às vítimas, garantindo um ambiente seguro.

7. Combate à evasão escolar: Indicamos que a Secretaria de Educação atue na prevenção à evasão escolar em parceria com demais secretarias, mapeando causas da evasão, e promovendo intersetorialmente ações de permanência estudantil para jovens munícipes mesmo quando estes estudam em escolas estaduais.

Os jovens têm o direito de trabalhar em condições dignas, seguras e bem remuneradas. O governo deve apoiar os jovens no mercado de trabalho, promovendo formas coletivas de trabalho, promovendo horários de estudo e trabalho adequados, oferecendo créditos para jovens empreendedores, prevenindo a exploração do trabalho juvenil e criando políticas de estágio e aprendizagem.

Além disso, é essencial apoiar jovens trabalhadores rurais, incentivando a produção sustentável e a comercialização direta, e garantir assistência técnica e crédito. Jovens com deficiência também devem receber apoio com formação inclusiva e condições especiais de trabalho. Adolescentes de 15 a 18 anos têm seus direitos trabalhistas garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e outras leis específicas.

1. Laboratórios de fomento cultural e profissionalização em áreas culturais: Há uma demanda crescente por laboratórios de fomento cultural e de profissionalização em áreas diversas, como dublagem, rádio, produção audiovisual e outras formas de expressão artística e comunicacional. Esses laboratórios

são essenciais para proporcionar aos jovens o desenvolvimento de habilidades específicas e prepará-los para o mercado de trabalho em áreas que não tão somente se limitem à profissionalização convencional. A profissionalização dos jovens aprendizes em Campinas tem se concentrado em atender prioritariamente as demandas das empresas, deixando de lado áreas que promovem uma inclusão mais dinâmica e diversificada. Essa abordagem limitada pode restringir o potencial de desenvolvimento dos jovens, que acabam não tendo acesso a oportunidades em setores inovadores e criativos.

2. Incubadoras de empreendedorismo juvenil:

Implementação de incubadoras de empreendedorismo juvenil que ofereçam suporte e recursos para que jovens desenvolvam seus próprios negócios, estimulando a inovação e a autonomia econômica. Elas são essenciais para capacitar a juventude e fomentar o desenvolvimento local. É importante que o incentivo ao empreendedorismo não passe pela precarização e uberização do trabalho, garantindo condições dignas e sem exploração disfarçada de empreendedorismo.

3. Políticas de incentivo à contratação de jovens, abertura de estágio e de vagas de aprendizagem: Jovens têm tido dificuldade de acesso ao primeiro emprego, especialmente, jovens de regiões periféricas; jovens pretos e pardos; e jovens LGBTQIAPN+. Verifica-se, inclusive, que empresas não cumprem a cota para contratação de jovem aprendiz, o que demanda ações do poder público municipal. Essas ações podem passar pela fiscalização e parceria com empresas, e abertura de novos postos de trabalho de forma descentralizada que promovam articulação com diferentes órgãos, instituições e empresas. Outra possibilidade é a existência de bolsas-auxílio para jovens que buscam o primeiro emprego.



4. Ampliação e territorialização de programas de aprendizagem e formação para o mundo do trabalho: A ampliação de programas de aprendizagem e capacitação profissional é crucial para preparar jovens para o mercado de trabalho, esses serviços precisam ser territorializados para garantia de acesso dos jovens, há também a necessidade de bolsas-auxílio para favorecer a participação na formação. Recebemos relatos de organizações da região Norte destacando a ausência desse tipo de serviço no território, mas pela limitação dessa Carta é essencial o mapeamento para verificar a situação de todos os territórios.

5. Programa para inclusão de jovem que cumpriu medida socioeducativa e egressos no mercado de trabalho: Programas de inclusão no trabalho para jovens egressos de medidas socioeducativas e do sistema prisional que enfrentam desafios significativos devido ao estigma social e à falta de oportunidades. Estas ações são fundamentais para quebrar o ciclo de preconceito, exigindo maior comprometimento governamental e empresarial para proporcionar reais oportunidades de reintegração e dignidade.

6. Fiscalização e garantia de condições dignas de trabalho: O governo deve garantir condições dignas de trabalho para jovens, regulamentando o trabalho por plataformas e nas ruas, assegurando direitos trabalhistas como salário justo, proteção social e segurança. Isso é crucial para combater a exploração e promover a justiça social.

7. Apoio ao trabalho associativo: Apoio à criação de cooperativas, por meio da priorização das linhas de crédito para jovens cooperados ou associados, com obrigatoriedade de paridade de gênero e proporcionalidade étnico-racial. Abrir editais para investimento em cooperativas e/ou associações organizadas por jovens. As cooperativas selecionadas devem receber um investimento de custeio inicial com bolsas, recursos para capacitação técnica do grupo (estudo de viabilidade econômica, marketing, normas da vigilância sanitária, etc) e recursos para investimentos e infraestrutura necessários para iniciar uma cooperativa. Além disso, o governo deverá avançar em parcerias e políticas públicas para a comercialização dos produtos produzidos desta maneira.



CONSIDERAÇÕES PARA O PLANO MUNICIPAL DAS JUVENTUDES DE CAMPINAS

EIXO
4

DIREITO À DIVERSIDADE E À IGUALDADE

Os jovens têm direito à igualdade e à diversidade, sem discriminação por etnia, raça, cultura, origem, idade, sexo, orientação sexual, idioma, religião, opinião, deficiência ou condição social ou econômica.

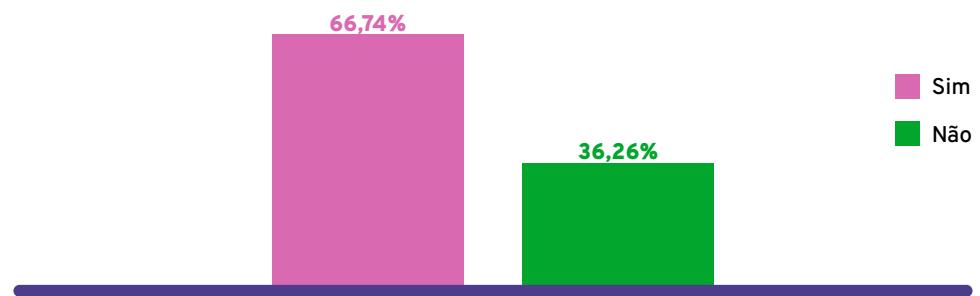
Para garantir esses direitos, o governo deve implementar programas que assegurem a igualdade em várias áreas como educação, trabalho, cultura, saúde e segurança. Professores e profissionais de saúde, educação e segurança pública devem ser capacitados para lidar com discriminação e incluir temas sobre diversidade e igualdade nos currículos escolares. Também é importante preservar a cultura indígena e abordar questões de sexualidade de forma inclusiva nos conteúdos educacionais.

1. Políticas públicas que compreendam e atuem no combate às opressões de gênero: Ampliação da rede de atendimento à mulher vítima de violência, com atuação para a especificidade das mulheres jovens. Ampliação de serviços da Casa da Mulher Campineira. Propostas de educação de homens jovens sobre violência de gênero: grupos de debate, rodas de conversa, formações educativas sobre a construção de suas masculinidades. Criação de Secretaria da Mulher para garantia de orçamento próprio, e contemplação de um olhar para jovens, considerando o número de jovens mulheres vítimas de violência de gênero. Garantir verbas para a construção de equipes multidisciplinares (com psicólogas, assistentes sociais, entre outras) de acompanhamento e acolhimento das questões de diversidade no âmbito escolar que possam orientar a comunidade escolar como um todo. Políticas de saúde, assistência e educação devem ter atuação voltada para prevenção à violência de gênero e atendimento às vítimas de violência. Importante

que a Segurança Pública também tenha um olhar para essa questão.

2. Políticas públicas que compreendam e atuem no combate às opressões de raça/ etnia: Instituir mecanismos de fiscalização para efetivar o cumprimento da Lei no 10.639/03 e da Lei no 11.645/08, que estabelecem as diretrizes e bases da educação nacional para incluir, no currículo oficial da Rede de Ensino, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, com processos envolvendo ampla divulgação e transparência em relatórios anuais, visando contribuir para o enfrentamento do genocídio da juventude negra e dos povos originários e tradicionais. Garantir coleta adequada do quesito raça/ cor nos serviços de todas as políticas públicas. Garantir a publicização do quesito raça/ cor nos relatórios do Sistema de Notificação de Violência - SISNOV. Políticas de saúde, assistência e educação devem ter atuação voltada para prevenção ao racismo e atendimento de situação de violência racial.

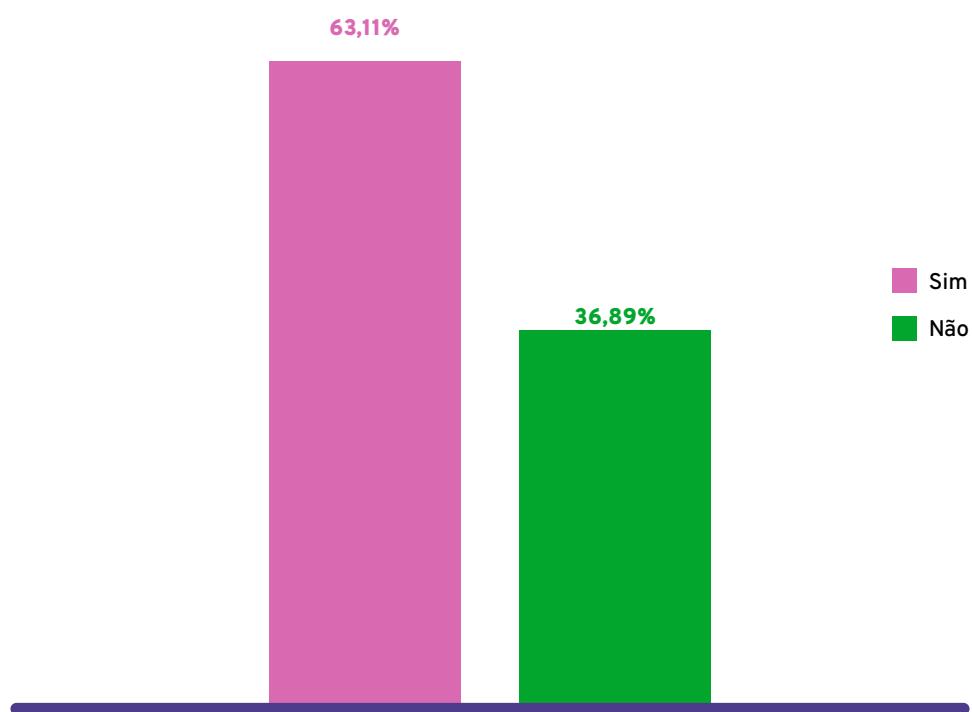
Você já presenciou ou viveu uma situação de racismo em Campinas?



Fonte: Pesquisa quanti-qualitativa realizada pela Minha Campinas em 2024.

3. Políticas afirmativas: Implementar e ampliar políticas de ações afirmativas direcionadas para pessoas LGBTQIAPN+ (com foco em pessoas trans e travestis), negras, indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e povos originários, pessoas com deficiência e neurodivergentes. Instituir reserva de vagas para concursos públicos e demais processos seletivos, assim como o estabelecimento de cotas específicas para esses grupos em programas de acesso à moradia, ao crédito e ao trabalho digno.

Você já presenciou ou viveu uma situação de preconceito contra pessoas LGBTQIAPN+ em Campinas?

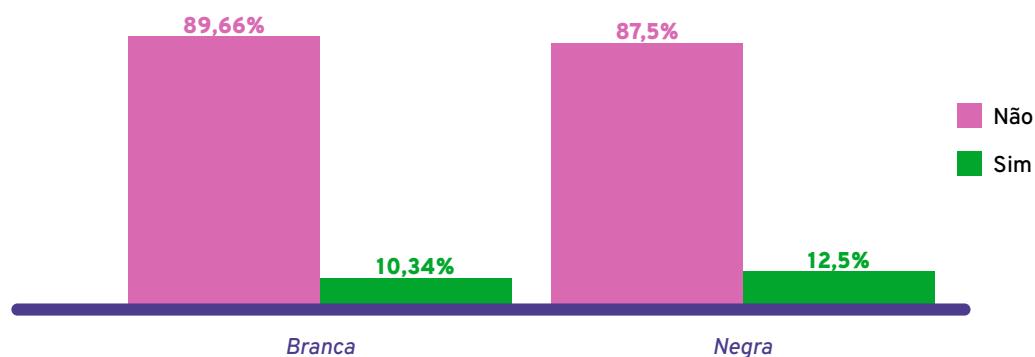


Fonte: Pesquisa quanti-qualitativa realizada pela Minha Campinas em 2024.

4. Combate à LGBTfobia: Não temos, em Campinas dados sobre a existência de pessoas LGBTQIAPN+ e muito menos as violências atendidas nos serviços públicos são devidamente nomeados de transfobia, lesbofobia, homofobia, etc. Por vezes, jovens sofrem LGBTfobia em suas casas e a Rede trata o caso como violência intrafamiliar, sem sequer nomeá-lo corretamente. Sem dados sobre a existência das pessoas e das violências, não conseguimos assumir a existência da LGBTfobia. Precisamos, portanto, que estas pessoas sejam identificadas nas pesquisas censitárias, mas também nos próprios serviços das políticas públicas. Outra proposta é o desenvolvimento de canal de acolhimento e orientação para as vítimas de violências LGBTfóbicas e a partir da avaliação do risco, encaminhar ao órgão competente.

5. Políticas públicas para garantia à renda: Mapear e criar uma base de dados completa da média de renda per capita da juventude entre 15 a 29 anos, bem como a fonte de tais rendas (trabalho formal e ou informal) e as especificidades comuns entre os públicos. Essa base contribuiria com a formulação de políticas públicas que garantam o direito à renda digna, educação financeira e equidade salarial de gênero desde o início da carreira. Pelo gráfico de nossa pesquisa, verificamos que um número grande de jovens em família com renda baixa não receberam recurso de programa de transferência de renda municipal.

Perfil racial de jovens de famílias com renda de até R\$ 1412,00 e recebimento de programa municipal de transferência de renda



Fonte: Pesquisa quanti-qualitativa realizada pela Minha Campinas em 2024.

6. Espaços de participação com acessibilidade garantida: Construir uma normativa que obrigue a inclusão de formas de acessibilidade múltiplas nos espaços de debate e decisão que envolvem as juventudes (como conselhos, conferências, escolas e eventos em geral).



Os jovens têm direito à saúde e qualidade de vida, com cuidados específicos para prevenir, promover, proteger e recuperar a saúde de forma completa. A política de saúde para os jovens deve garantir acesso gratuito e universal ao SUS, com serviços humanizados e de qualidade que respeitem suas necessidades. Isso inclui cuidados especiais para os problemas de saúde mais comuns entre os jovens, e ações coordenadas entre serviços de saúde, escolas, famílias, instituições da sociedade civil e comunidade para prevenir problemas de saúde.

Além disso, é importante incluir nos projetos educacionais temas como consumo de álcool, tabaco e drogas, saúde sexual e reprodutiva, com foco em gênero e direitos sexuais. A capacitação dos profissionais de saúde e educação é fundamental para lidar com essas questões, incluindo o abuso de substâncias e a saúde sexual e reprodutiva dos jovens. Também é importante a parceria com instituições da sociedade civil e a proibição de propagandas de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos.

1. Promoção de saúde básica e saneamento básico: A estrutura básica de postos de saúde, UPA, saneamento básico e segurança alimentar é essencial para garantir a saúde e o desenvolvimento integral dos jovens. Esses serviços fundamentais são cruciais para

promover bem-estar, prevenir doenças e assegurar um futuro digno.

2. Atenção adequada à saúde sexual e reprodutiva:

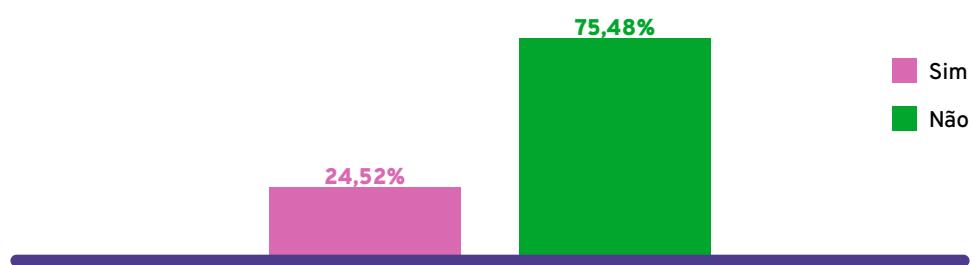
Fortalecer uma política de educação sexual e reprodutiva que: a) minimize os impactos da gravidez em idade indesejada; b) combata a pobreza menstrual; c) disponibilize preservativos e outros métodos contraceptivos; d) oferte absorventes e coletores menstruais; e) realize testagem de IST; f) oferte serviços de planejamento familiar e acompanhamento de gestantes e puérperas; g) realize acompanhamento adequado de pessoas trans. Garantia do acesso seguro ao interrompimento da gravidez nos casos previstos em lei. Atenção ao número de natimortos filhos de jovens negras e da morte de jovens negras no parto, por terem um índice um pouco maior e necessitar de políticas específicas. Secretarias Municipais devem promover ações articuladas entre educação e saúde, visando abordar os temas de violência de gênero e educação sexual.

3. Qualificação do atendimento à saúde mental:

É alarmante o número de jovens com problemas de saúde mental e o não atendimento adequado a essa situação, portanto é essencial pensar e desenvolver, como tarefa conjunta entre os/as

jovens, organizações da sociedade civil e as instituições, políticas de saúde mental, em ações como: criar dispositivos para um primeiro acolhimento ao sofrimento psíquico em espaços comunitários, posto que a saúde mental não se promove apenas nos equipamentos especializados; lutar contra todas as formas de institucionalização que agudizam e cronificam o sofrimento psíquico; resgatar as práticas de matriciamento (modo de produzir saúde num processo de construção compartilhada), e fortalecer o lugar da atenção básica no cuidado em saúde mental; trabalhar com a promoção da saúde mental de formas coletivas, considerando como as desigualdades manifestadas no racismo estrutural, nas questões de gênero, na pobreza extrema, no individualismo, no consumismo, nas múltiplas violências (policiais, sexual, psicológica, contra a comunidade LGBTQIAPN+, dentre outras) nos efeitos da cultura da competitividade extrema e da meritocracia e na violência estão relacionados ao sofrimento psíquico; ter uma atenção especial para os jovens que atravessam lutos resultantes das mortes violentas; facilitar o acesso das pessoas com deficiências e neurodivergentes à assistência em saúde mental e capacitar profissionais para a acessibilidade. Ampliação dos serviços de Caps, uma vez que já há déficit em relação à exigência mínima para a população da região. Contratação de profissionais via editais públicos com cotas raciais, Trans e PCDs. Valorizar a estratégia de cuidado integral e contínuo para adolescentes e jovens, tendo em conta a qualificação da rede de atenção e dos profissionais para as demandas que chegam aos equipamentos de saúde por parte dos jovens. Ações da saúde, educação e assistência que levassem em consideração a saúde socioemocional dos jovens. Importante que as políticas estejam atentas aos índices de automutilação e suicídio.

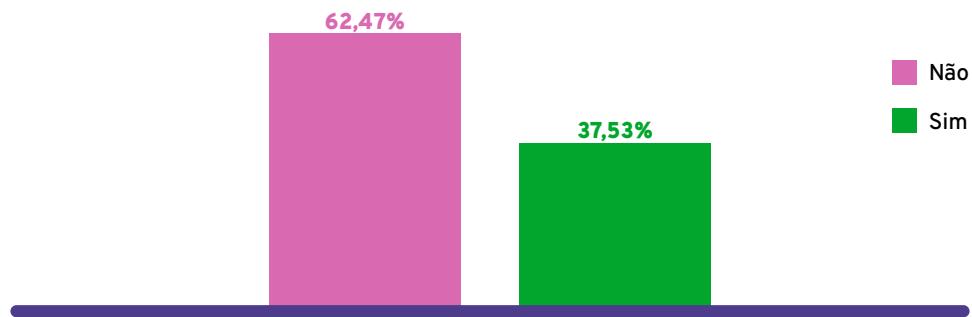
Você considera que jovens com problemas relacionados à saúde mental têm um atendimento gratuito adequado em Campinas?



Fonte: Pesquisa quanti-qualitativa realizada pela Minha Campinas em 2024.

4. Prevenção ao uso de drogas e álcool: Programas educativos sobre o uso de drogas e álcool para jovens são essenciais para promover a saúde e o bem-estar, reduzindo os riscos de dependência e problemas sociais. Eles devem incluir formação, apoio e atividades alternativas que incentivem escolhas saudáveis. Importante destacar que se trata de uma contraposição às políticas de internações compulsórias.

Você participa ou conhece jovens que participam de atividades culturais gratuitamente promovidos pela Prefeitura de Campinas? Ex: oficinas e cursos de dança, teatro, desenho, Hip Hop, circo, música, entre outros.



Fonte: Pesquisa quanti-qualitativa realizada pela Minha Campinas em 2024.

Os jovens têm direito à cultura, incluindo participar na criação, acessar bens culturais e decidir sobre políticas culturais, valorizando a diversidade e memória social. O poder público deve garantir a participação dos jovens na produção cultural, facilitar o acesso a eventos culturais com preços reduzidos e gratuitos, incentivar atividades artísticas e preservação do patrimônio, promover a diversidade cultural, inclusão digital e acesso à cultura para todos os jovens, especialmente os mais vulneráveis.

1. Aumento descentralizado de cursos e aulas culturais: É necessário aumentar a oferta de cursos e aulas culturais nos territórios periféricos para enriquecer o acesso à educação cultural, fomentar a criatividade e fortalecer a identidade comunitária. Isso contribui para a inclusão social e o desenvolvimento pessoal dos jovens.

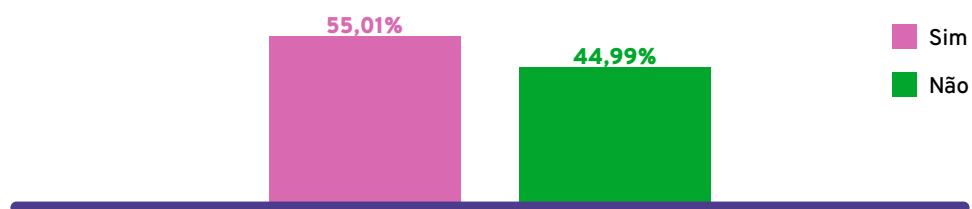
2. Incentivo à produção cultural autônoma e periférica: Democratização do acesso ao dinheiro público e de incentivo à cultura, fortalecimento de agentes culturais e lideranças comunitárias que vivem no território, incentivo aos fazedores de cultura autônomos e periféricos, na maioria informais, que não possuem apoio do setor privado, Hubs, ou empresas da cultura. Possibilidade de um mapeamento para projetos autônomos e de protagonismo diverso. Muitos coletivos e organizações exercem um trabalho de grande impacto social nas comunidades, sendo assim, seria importante aproveitar esse potencial e vínculo com a comunidade, para potencializar esses atores e suas iniciativas, seja através de editais, contratos, e outras formas de apoio estrutural e

financeiro. Garantir – por meio de editais, chamadas públicas, capacitações, bolsas, auxílios, apoio a festivais e circuitos culturais – financiamento para que os/as jovens sejam protagonistas, gestores/as e produtores/as de arte e cultura, de comunicação e de distribuição de conteúdo cultural. Contemplar as diversidades das juventudes de maneira desburocratizada, descentralizada, desconcentrada, interiorizada e de forma intersetorial, por meio de cotas em editais genéricos, da criação de prêmios específicos com recortes para jovens periféricos/as, negros/as, quilombolas, indígenas, jovens LGBTQIAPN+ e pessoas com deficiência. Recomenda-se fomento e descriminalização de ações culturais como slams, batalhas de rima, uma possibilidade é a criação de Lei Municipal para batalhas de rima que garanta a legalidade dessas manifestações culturais.

3. Ampliação de espaços culturais, especialmente, nas periferias da cidade:

A ampliação de espaços de cultura nas periferias é crucial para proporcionar aos jovens acesso facilitado à cultura. Esses espaços contribuem para a redução da violência e promovem a integração comunitária e o bem-estar. Na Conferência Regional e Nacional foi indicada a construção de Centros de Referência da Juventude, um espaço construído em regiões periféricas para promover inclusão social através de programas culturais e esportivos. Esses centros ofereceriam atividades diversas, como dança, teatro, música e esportes. Além da revitalização dos espaços públicos, fomentando a produção artística e cultural dos jovens. Recomenda-se utilizar recursos estaduais e municipais, além de parcerias, para garantir acesso a todos os territórios, urbanos e rurais.

Você assiste ou conhece jovens que assistem eventos culturais gratuitamente promovidos pela Prefeitura de Campinas? Ex: shows, festivais, festas, entre outros.



Fonte: Pesquisa quanti-qualitativa realizada pela Minha Campinas em 2024.

4. Definição de percentual mínimo para cultura no orçamento:

Na 4ª Conferência Regional da Juventude da Macrorregião de Campinas foi indicado a definição de um percentual mínimo de orçamento para cultura e esporte no Orçamento Participativo, priorizando essas áreas. As atividades incluem pesquisa de demandas, definição participativa do percentual, integração no orçamento e monitoramento da execução. Espera-se maior investimento em cultura e esporte, participação ativa da comunidade e melhoria na qualidade de vida.

5. Garantir a valorização da história e da cultura afro-brasileira, indígena e de comunidades e povos tradicionais: Fomento à produção e circulação dos saberes populares, tradicionais e identidades culturais territoriais, levando em consideração as diversidades regionais e territoriais do Brasil. Incentivar e garantir espaços para as juventudes conhecerem produções culturais, sejam artesanais, pinturas dos povos e comunidades tradicionais, rurais e indígenas, da tradição africana e demais expressões artísticas populares, priorizando o saber local.

6. Implementação de espaços de museologia social e do atendimento de museus e bibliotecas: Preservar e promover a cultura utilizando tecnologias emergentes e museus sociais, desenvolvendo espaços interativos, exposições itinerantes e projetos de preservação cultural. Espera-se documentar a cultura local, empoderar autores periféricos e promover a igualdade. Recomenda-se Museus e Bibliotecas abertos aos domingos e feriados.

EIXO 7

CONSIDERAÇÕES PARA O PLANO MUNICIPAL DAS JUVENTUDES DE CAMPINAS

DIREITO À COMUNICAÇÃO E À LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Os jovens têm direito à comunicação e à livre expressão, podendo produzir conteúdo individualmente ou em colaboração com outros, além de acessar tecnologias de informação e comunicação. O poder público deve incentivar programas educativos e culturais para jovens na rádio, TV e outros meios de comunicação, promover a inclusão digital, apoiar as redes de comunicação dos jovens, criar e manter equipamentos públicos para promover o direito à comunicação dos jovens e garantir acessibilidade às tecnologias de comunicação para jovens com deficiência.

1. Fomentar acesso à tecnologia da informação e comunicação: Fomentar o acesso à tecnologia da informação e comunicação é crucial para reduzir a desigualdade digital e garantir que todos os jovens possam participar plenamente da sociedade moderna. Promover a inclusão digital envolve fornecer infraestrutura adequada, como internet de alta qualidade e dispositivos tecnológicos, especialmente em áreas vulneráveis. Incentivar iniciativas de inovação e empreendedorismo tecnológico permite que jovens desenvolvam habilidades críticas, criem soluções

inovadoras e se tornem agentes de mudança em suas comunidades. Ao investir nessas áreas, fortalecemos a capacidade dos jovens de competir no mercado de trabalho global e impulsionamos o desenvolvimento econômico e social sustentável.

2. Espaços para debate sobre juventude nas mídias abertas:

Garantir espaços nas programações das mídias abertas locais para discussões sobre juventude como, protagonizadas por jovens, em linguagens acessíveis à juventude em sua diversidade.

3. Ampliar acesso gratuito à internet:

Expandir o acesso gratuito à internet de qualidade em áreas urbanas, de periferias e rurais, disponibilizando-o em espaços de grande aglutinação de jovens e facilitando o acesso nas residências. Implementar e manter espaços públicos com infraestrutura acessível e profissionais capacitados para orientar sobre o uso consciente

das tecnologias digitais. Simplificar o acesso a programas como Juventude Conectada, eliminando burocracias que impedem a população de usufruir desses serviços.

4. Fomentar iniciativas de produção audiovisual e comunicação popular e comunitária:

Fomentar iniciativas de Comunicação Popular e Comunitária protagonizadas por jovens de diversas regiões e comunidades, através de editais e parcerias, para promover a formação em educação midiática e criação de núcleos de comunicação. Incentivar políticas de comunicação local em espaços públicos, como escolas e centros culturais. Criar e revitalizar espaços públicos gratuitos e acessíveis, permitindo que jovens produzam conteúdos artísticos e comunicativos, valorizando especialmente as expressões dos jovens periféricos.

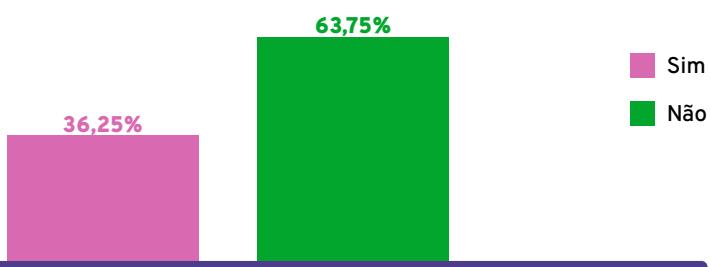


Os jovens têm direito à prática esportiva para seu pleno desenvolvimento, com prioridade para esportes que contribuam para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, levando em conta que os adolescentes estão em desenvolvimento. A política pública de esporte e lazer para os jovens deve incluir diagnósticos e estudos sobre educação física, esportes e equipamentos de lazer; incentivos fiscais para o esporte que priorizem a juventude; valorização do esporte educacional; e oferta de equipamentos comunitários para prática esportiva, cultural e de lazer. Todas as escolas devem buscar ao menos um local apropriado para a prática de atividades poliesportivas.

1. Ampliação e reforma dos equipamentos esportivos e de lazer: Promover a melhoria e a expansão de instalações desportivas e de lazer acessíveis e seguras em todas as regiões da cidade, garantindo a diversidade de esportes e lazer e, também, dando atenção a comunidades rurais e áreas menos favorecidas. Isso inclui a construção e manutenção de quadras, campos, piscinas, quadras de skate e patins, academias ao ar livre e espaços para práticas esportivas, como os recursos necessários: bolas, redes, etc. Recomenda-se o uso de espaços existentes como escolas.

2. Ampliação de atividades esportivas: Necessidade de ampliar atividades esportivas e culturais nas periferias, oferecendo cursos, aulas e oficinas variadas. É crucial contratar profissionais qualificados para orientar e incentivar os jovens, garantindo sua participação ativa e contínua nessas atividades. Recomenda-se a contratação de profissionais capacitados e habilitados para atendimento nos horários compatíveis com públicos diferenciados, além de profissionais de educação física para aulas em praças públicas.

Você pratica ou conhece jovens que praticam atividades esportivas gratuitamente promovidas pela Prefeitura de Campinas? Ex: escolinha de futebol, vôlei, atletismo, natação, basquete, entre outras.



Fonte: Pesquisa quanti-qualitativa realizada pela Minha Campinas em 2024.

3. Programa de Incentivo Material e Bolsas para Atletas: Ampliação de Programa de Incentivo Material e Bolsas para Atletas que visa profissionalizar atletas oferecendo incentivos materiais e bolsas de estudo. Promover a concessão de bolsas, suporte financeiro e acesso a treinamentos de alto nível para desenvolvimento de atletas talentosos, garantindo representação em competições regionais, estaduais, nacionais e internacionais.

4. Programa de Pesquisa e Institucionalização de E-sports Eletrônicos: O Programa de Pesquisa de E-sports Eletrônicos visa compreender e institucionalizar os esportes eletrônicos através de investigações práticas, estudos de mercado e colaboração com a comunidade gamer. Espera-se desenvolver uma base sólida de conhecimento para implementar os E-sports de forma eficaz.



CONSIDERAÇÕES PARA O PLANO MUNICIPAL DAS JUVENTUDES DE CAMPINAS

EIXO
9

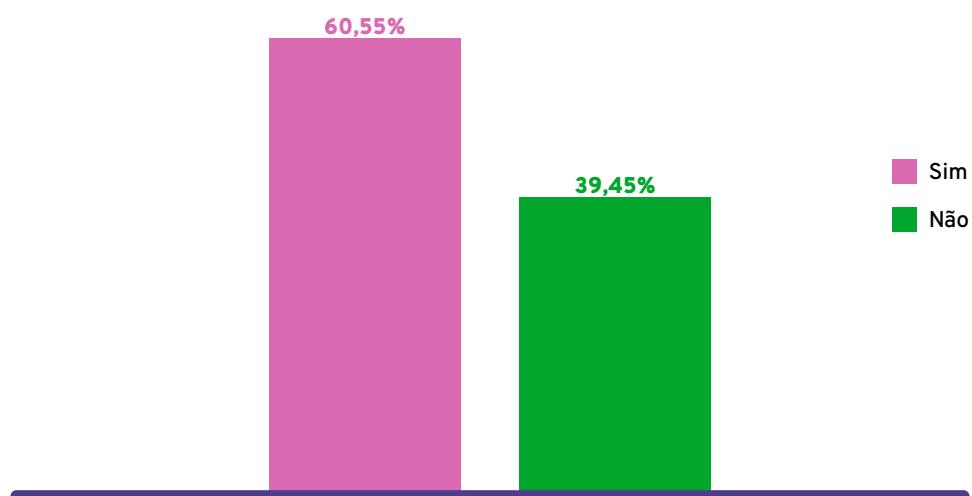
DIREITO AO TERRITÓRIO E À MOBILIDADE

Os jovens têm direito ao território e à mobilidade, incluindo políticas públicas de moradia, circulação e equipamentos públicos, tanto no campo quanto na cidade. Para os jovens com deficiência, é garantida a acessibilidade e as adaptações necessárias. No sistema de transporte coletivo interestadual, devem ser reservadas duas vagas gratuitas por veículo para jovens de baixa renda e duas vagas com desconto de 50% no valor das passagens, após o esgotamento das vagas gratuitas. A União, em conjunto com Estados, Distrito Federal e Municípios, deve esforçar-se para oferecer transporte público subsidiado para os jovens, com prioridade para aqueles em situação de pobreza e vulnerabilidade.

1. Tarifa zero: A Tarifa Zero do transporte urbano aparece como saída para garantia do acesso a cidade nas Conferências Regional e Nacional e na contribuição de parceiros diversos signatários desta carta. Em nossa pesquisa com jovens, podemos verificar também que mais de 60% apontam que o preço da passagem do transporte público os impede de circular pela cidade. Há uma gama ampla de possibilidades indicadas para a consecução da gratuidade da tarifa:

- Garantir a gratuidade da passagem de transportes públicos municipais para jovens cadastrados no Cadastro Único.
- Passagem livre para estudantes e adolescentes.
- Transporte gratuito para a juventude poder participar de feiras de profissão.
- Passe livre com a máxima urgência para PCDs, pois usuários deixam de ir a compromissos em função da dificuldade de acesso ao transporte.
- Passe livre para bilhete único escolar e universitário.
- A Tarifa Zero para toda população a partir de fundo que garantiria o acesso consequente dos jovens à cidade.

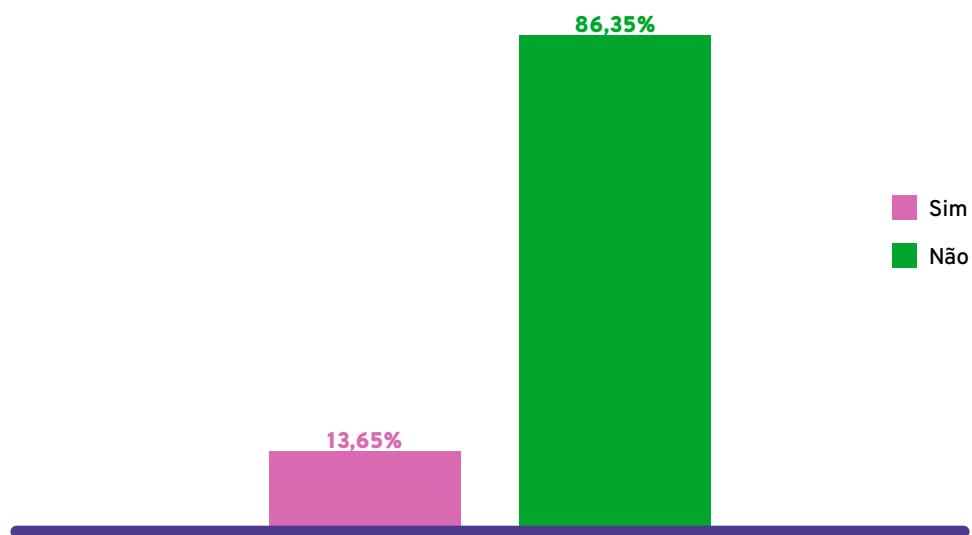
O custo do transporte público te impede de circular mais pela cidade?



Fonte: Pesquisa quanti-qualitativa realizada pela Minha Campinas em 2024.

2. Garantia de acessibilidade na cidade: Garantir acessibilidade na cidade envolve adaptar espaços públicos, transportes e edificações para pessoas com deficiência, assegurando sua plena participação social. Isso inclui a instalação de rampas, sinalização adequada, elevadores e transporte acessível. Políticas públicas inclusivas são essenciais para promover uma cidade mais equitativa e acessível a todos.

Você considera que uma pessoa com deficiência (visual, física, entre outras) consegue se locomover facilmente por Campinas?



Fonte: Pesquisa quanti-qualitativa realizada pela Minha Campinas em 2024.

3. Aumentar pontos de recarga de passe estudantil: Implementar pontos de recarga de passe estudantil nas escolas, instituições de ensino e em OSCs, com outras opções de meios de pagamento (Cartão de crédito, Cartão de Débito, e PIX).

4. Segurança para pedestres e ciclistas: Garantir a segurança para pedestres e ciclistas é essencial, envolvendo a implementação de ciclovias, faixas de pedestres bem sinalizadas e iluminação adequada. Além disso, é crucial a instalação de semáforos específicos e redutores de velocidade para veículos. Políticas de

educação no trânsito e fiscalização rigorosa ajudam a criar um ambiente urbano mais seguro e inclusivo.

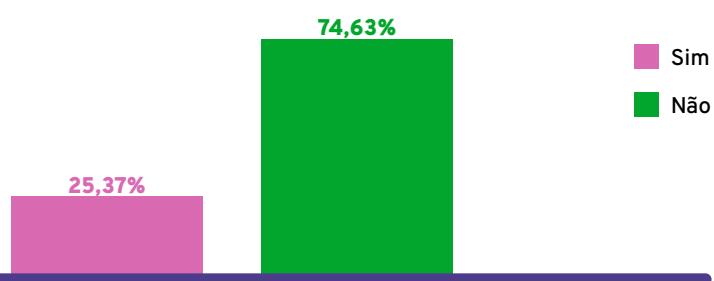
5. Regularização fundiária e participação de jovens no debate: Garantir que jovens, especialmente de grupos vulneráveis, participem ativamente em audiências públicas sobre políticas de território, moradia e mobilidade, com horários adequados e financiamento de transporte. Promover a regularização fundiária urbana e rural, fortalecendo órgãos de controle social e fiscalização.

Os jovens têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado e sustentável, essencial para a qualidade de vida presente e futura, e têm o dever de defendê-lo e preservá-lo. O Estado deve promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino, visando à preservação do meio ambiente e à sustentabilidade, conforme a Política Nacional do Meio Ambiente. Nas políticas públicas que envolvam a dimensão ambiental, o poder público deve estimular e fortalecer organizações e movimentos de juventude ambiental, incentivar a participação de jovens na elaboração das políticas, criar programas de educação ambiental para jovens e incentivar a participação deles em projetos de geração de trabalho e renda sustentáveis.

1. Ampliação das áreas verdes na cidade em regiões periféricas: A ampliação de áreas verdes na cidade é crucial para melhorar a qualidade de vida, promovendo a saúde e bem-estar dos moradores. Essas áreas fornecem espaços de lazer, recreação e convivência comunitária, além de contribuir para a preservação ambiental. Políticas públicas para juventudes devem priorizar a criação e manutenção de parques, praças e jardins em todas as regiões periféricas.

2. Recuperação ambiental em áreas com injustiça ambiental: As áreas periféricas de Campinas sofrem com racismo ambiental, evidenciado pela escassez de áreas verdes, espaços de lazer e a contaminação do solo. Dentre as contribuições para esta carta, foi destacada a urgência em restaurar as nascentes da região do Satélite Íris e a descontaminação do solo na mesma região, também a revitalização do Ribeirão Anhumas. Seguramente, há outras áreas que demandam a recuperação ambiental e precisam ser mapeadas para além desta Carta, garantindo sustentabilidade e bem viver para as juventudes.

Você considera que a Prefeitura de Campinas tem programas e projetos para resolver os problemas ambientais? Ex: solução para alagamentos, destino correto do lixo, plantio para arborização, etc.



Fonte: Pesquisa quanti-qualitativa realizada pela Minha Campinas em 2024.

3. Incentivo à participação para sustentabilidade: Para promover a sustentabilidade e a conscientização ambiental entre os jovens, diversas propostas foram apresentadas. Estas incluem a implementação de educação multidisciplinar sobre sustentabilidade nas escolas, alinhada aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, e o fomento de políticas públicas de educação ambiental crítica em instituições educacionais. Além disso, propõe-se a criação de escolas públicas de educação ambiental em territórios vulneráveis e a garantia de bolsas-auxílio para jovens em situação de vulnerabilidade social participarem em Conselhos de Juventude e de Meio Ambiente, visando capacitar e empoderar os jovens para combater o racismo ambiental e participar ativamente na tomada de decisões.

EIXO
11

CONSIDERAÇÕES PARA O PLANO MUNICIPAL DAS JUVENTUDES DE CAMPINAS

DIREITO À SEGURANÇA PÚBLICA E AO ACESSO À JUSTIÇA

Todos os jovens têm o direito de viver em um ambiente seguro, sem violência, com igualdade de oportunidades para seu desenvolvimento intelectual, cultural e social. Para isso, as políticas de segurança pública devem integrar ações de diferentes esferas governamentais e da sociedade, focando na prevenção e combate à violência, especialmente para jovens em situação de risco ou vulnerabilidade social, e garantindo acesso à Defensoria Pública e à justiça para jovens com deficiência em igualdade de condições.

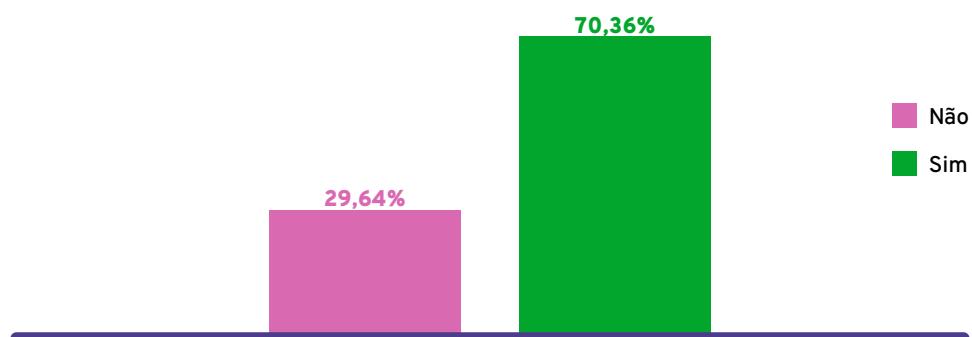
Essas políticas também devem incluir a realização de estudos e pesquisas para entender melhor a violência contra os jovens, permitindo a avaliação periódica das ações e seus impactos. Priorizar a segurança dos jovens e criar medidas adaptadas às suas necessidades são passos essenciais para garantir um ambiente seguro e promover o seu bem-estar.

1. Rondas escolares: As organizações que colaboraram com a construção desta Carta indicaram que nos bairros da região Noroeste a segurança nas escolas é precária, com altos índices de assaltos, brigas, estupros e assédios. Para aumentar a segurança, é necessário implementar rondas escolares após as aulas, garantindo a proteção dos alunos e não apenas a fiscalização. Seguramente, há outras áreas que demandam rondas e precisam ser mapeadas para além desta Carta.

2. Atendimento não discriminatório e humanizado da segurança pública:

As organizações que contribuíram com essa Carta apontaram que a violência policial nas regiões Sul e Sudeste do município está em crescimento, afetando principalmente a juventude. É essencial que o Plano Municipal das Juventudes aborde essa questão com urgência, promovendo políticas de treinamento para a polícia e criando mecanismos eficazes de denúncia e proteção. Políticas públicas voltadas para a segurança devem garantir o direito à vida e dignidade, especialmente da juventude negra. Propostas incluem o fortalecimento de órgãos de fiscalização, uso obrigatório de câmeras em viaturas e uniformes, e formação da Guarda Municipal em direitos humanos, gênero, raça e classe, promovida pelos movimentos populares da cidade para maior sensibilização. Recomenda-se garantir segurança de pessoas e profissionais que notificam violências perpetradas pela GM através do SISNOV, ou em outros canais de denúncia contra abuso de autoridade.

Você já viveu ou presenciou uma situação de violência como roubos ou furtos em Campinas?



Fonte: Pesquisa quanti-qualitativa realizada pela Minha Campinas em 2024.

3. Prevenção à violência: Garantir a segurança pública, prevenir a violência urbana, combater o crime organizado e promover políticas de segurança que protejam os jovens.

4. Mediação de conflitos: Implementar programas de mediação de conflitos em escolas e comunidades, capacitando profissionais para atuar na resolução pacífica de desentendimentos. Envolver jovens em oficinas de diálogo e técnicas de mediação, promovendo a cultura da paz. Recomenda-se estabelecer parcerias com organizações especializadas para apoiar essas iniciativas.

5. Segurança das mulheres jovens: Fortalecer e divulgar Delegacias da Mulher, ampliando Salas Lilás para jovens vítimas de violência sexual. Aumentar o número de Delegacias da Mulher 24 horas e ampliar a Patrulha Maria da Penha. Realizar formação regular para agentes públicos e garantir atendimento diferencial para mulheres trans e indígenas.

CANDIDATA/O COMPROMETIDA/O COM O PLANO MUNICIPAL DAS JUVENTUDES DE CAMPINAS

Eu, _____, candidata/o ao cargo público de _____ na cidade de Campinas comprometo-me a, caso eleita/o, trabalhar em diálogo com a sociedade civil para tornar efetivas as proposições apresentadas no documento **“Carta Compromisso COM O PLANO MUNICIPAL PARA E COM AS JUVENTUDES DE CAMPINAS”**.

Comprometo-me, ainda, no primeiro ano de governo, a divulgar de maneira ampla como se dará a consecução do compromisso aqui estabelecido.

Acerca da divulgação de minha adesão a esta Carta Compromisso, comprometo-me a não vincular o nome das organizações signatárias da Carta como apoiadoras da minha campanha eleitoral.

Assim sendo, assino a presente Carta Compromisso.

Nome do/a Candidato/a

Partido

Data

Assinatura